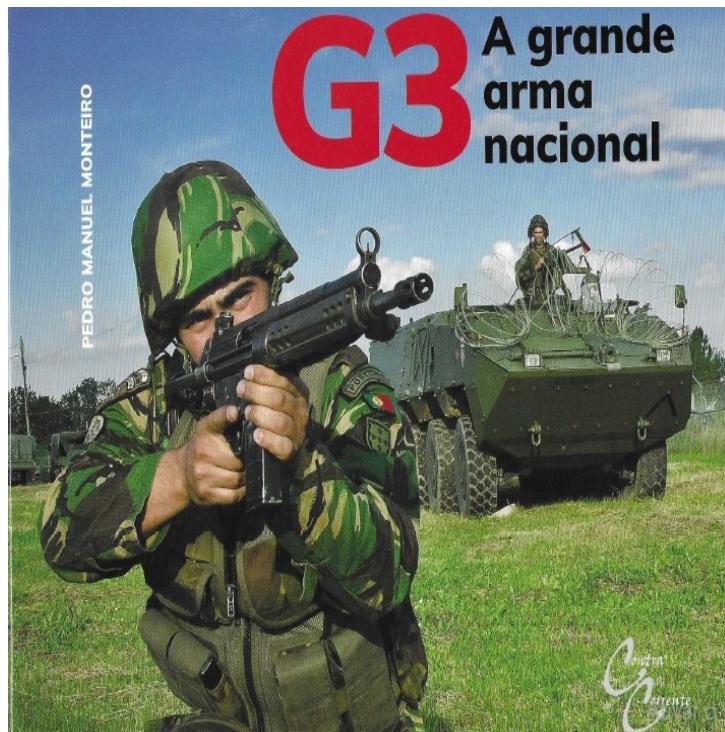


# Crónicas Bibliográficas

Coronel Tirocinado  
Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos



## G3 - A Grande Arma Nacional

Pedro Manuel Monteiro

A obra “G3 – A Grande Arma Nacional”, de Pedro Manuel Monteiro, com ilustrações de Paulo Alegría, apresenta-se ao leitor como uma investigação de enorme profundidade, sobre o fabrico e o uso de um ícone militar nacional – a espingarda automática HK<sub>1</sub> G3<sub>2</sub> – concretizada a partir do cruzamento de um estudo documental aturado (e.g., arquivos institucionais e pessoais, relatórios, anuários, revistas, jornais), a que se associa uma

**Revista Militar N.º , pp 829 - 839.**  
:: Neste pdf - página 1 de 10 ::

revisão bibliográfica sobre mais de oito dezenas de entradas e várias dezenas de testemunhos na primeira pessoa, obtidos por entrevista e recolhidos durante mais de dez anos. Editada pela Contra a Corrente Lda., em dezembro de 2024, esta 1.ª edição tem 168 páginas e conta com uma tiragem de 1250 exemplares. Foi prefaciada pelo Chefe de Estado-Maior do Exército em exercício, o General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, e distribui-se por oito capítulos (além das partes pré e pós textuais), quais “episódios” de uma série televisiva, onde entram muitos atores, mas, como protagonista e figura central, omnipresente, a “grande arma”.

O autor, Pedro Manuel Monteiro, natural de Viseu, é mestre em Psicologia Organizacional pelas universidades de Coimbra e Bolonha, tendo ainda estudado na Portland State University (EUA). Trabalhou na Suíça e em Singapura e é atualmente responsável por treino e formação numa multinacional nos Países Baixos, onde reside e frequenta estudos avançados em Jornalismo e Fotografia. Na área militar, publicou dezenas de artigos, em revistas nacionais e estrangeiras, e outros livros, de que se destaca “Berlier, Chaimite e UMM: Os Grandes Veículos Militares Nacionais” (2018), durante cuja construção terá surgido a ideia desta mais recente obra. Pelo valor das imagens que dão vida extra à obra, impõe-se uma referência ao ilustrador, Paulo Alegria, natural de Lisboa, colaborador em revistas nacionais e estrangeiras, nomeadamente, na Revista da Força Aérea Portuguesa “Mais Alto”, nas publicações Air Magazine, Aero Journal, Aviation Classic ou no livro “Aviação Naval – Asas da Marinha”.

A ideia central que fica da leitura da obra é de uma personificação e uma personalização da Espingarda Automática G3, considerada como “a mais conhecida”, “a mais querida” e “a de maior longevidade”. Nos vários “episódios”, a “Grande Arma Nacional” surge nas mãos de sucessivas gerações de militares das Forças Armadas (FFAA) e da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo colocada no centro de uma narrativa multidimensional, de base descritiva, analítica e “visual”, fundada num mapeamento cronológico de várias décadas em que a G3 foi protagonista, em diferentes geografias, teatros de operações (TO), tipologias de contextos políticos e sócio militares, desde a Guerra de África, passando simbolicamente pela Revolução dos Cravos, até às mais recentes missões de paz, continuando presente, hoje, em algumas forças militares nacionais, não obstante a sua substituição gradual e a construção da sua memória futura.

Por serem tratados na obra temas muito diversos, optámos por uma breve apresentação do essencial de cada capítulo / episódio, o que torna, assumidamente, esta recensão menos breve que o habitual. No primeiro episódio, “Introdução – Um símbolo nacional” (7 páginas), o autor escolheu como contexto a localidade de Peso da Régua, palco onde, em 10 de junho de 2023, se celebrou o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, depois de ter tido início na África do Sul. O leitor é, retrospectivamente, convidado a “participar” na cerimónia militar, momento central das comemorações, onde participaram, entre outros, mais de um milhar de militares dos três ramos das FFAA oriundos de várias unidades do país, alunos do Colégio Militar e dos Pupilos do Exército, antigos combatentes e, claro, a população. Recorrendo fortemente ao simbólico, à identidade e tradições castrenses e ao ceremonial militar, o autor destaca a tribuna de honra, as forças em parada, os estandartes nacionais com as suas condecorações, os

períodos de silêncio, a partilha do Hino Nacional com familiares, amigos e a população em geral, o discurso elogioso do Comandante Supremo das FFAA e o desfile das tropas, em particular, os cânticos e gritos de guerra das forças especiais com marcha e armamento diferenciados, o desfile motorizado e o sobrevoo das aeronaves da Força Aérea, tudo, acompanhado pelos constantes aplausos da população, num misto de solenidade, harmonia e comunhão. Este episódio introdutório contém (intencionalmente?) referência, abreviada, aos principais ingredientes da cronologia que o autor apresenta nas “reportagens” seguintes sobre a G3, merecendo, ainda, alusão alguns dados numéricos da mobilização militar para a guerra de África e o empenhamento militar, mais recente, em várias tipologias de missões de paz. Por fim, o autor recentra a atenção na G3, na “longa” história do seu fabrico e utilização, abrindo, desta forma, espaço para os episódios que se seguem.

“Braço de Prata - a grande fábrica por detrás da grande arma” (27 páginas), com referência às armas e munições que foram ali produzidas, constitui o título do segundo episódio. A G3, cujo projeto inicial coube a espanhóis e foi depois comprado e melhorado por alemães (tornando-se, em 1959, a arma ligeira padrão do exército alemão), após várias demonstrações, relatórios e testes de campo, começou a ser fabricada em Portugal, sob licença alemã, numa parceria alargada, cuja concretização incluiu, inicialmente, a produção de munições de calibre 7,62 mm, entre outro tipo de munições (e.g., de artilharia). Desta parceria, destaca-se, como herdeira de parte do arsenal do antigo Exército, a Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP), em Marvila, e a Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras (FNMAL), em Moscavide, onde as armas viriam a ser produzidas. Assim, após testes adicionais e formação técnica especializada, em 1961 ficou definido, como objetivo inicial, a produção mensal de 1500 armas. Um ano depois, Portugal recebia da Alemanha uma encomenda de 50 mil armas, que foi possível produzir após a modernização de alguma maquinaria<sup>3</sup>. O autor sublinha que em 1963 os ramos das FFAA terão recebido cerca de seis mil G3 produzidas em Portugal, inicialmente com coroa e guarda-mão de madeira e, posteriormente, de baquelite, material mais leve, e que, em janeiro de 1967, os dados da produção apontavam para mais de 80 mil espingardas automáticas G3, cuja aceleração decorreria do aumento do esforço de guerra em África. Neste episódio, o autor faz ainda referência ao fabrico de outras armas nas oficinas militares nacionais, a partir de 1967, como a HK-21 (do mesmo calibre da G3 e que partilhava cerca de 40% dos seus componentes) e a pistola-metralhadora FBP. A partir de histórias de vida de alguns entrevistados, sublinha-se, no entanto, a maior fiabilidade da G3 em comparação com as duas outras armas, eventualmente, pelo controlo de qualidade apertado que era seguido desde o início: enquanto a G3 era considerada “uma das melhores armas do mundo”, “indestrutível” e que funcionava sempre, a HK-21, alimentada por fita de munições, encravava frequentemente; e a pistola-metralhadora FBP não era suficientemente segura. O episódio não termina sem que, antes, o autor faça referência à função social das fábricas militares nacionais (que integravam, entre outras facilidades, posto médico, dentista, infantário, cantina, supermercado), mas também à subsequente perda de competências nacionais decorrente do seu encerramento e que conduziu à situação atual.

O terceiro episódio, “Funcionamento e formação - companheira dos tempos de tropa” (25

páginas), centra-se na formação e treino de sucessivas gerações de militares no manuseio da espingarda automática G3 e na importância de se conhecer profundamente as suas características e funcionamento. Frequentemente designada por “namorada” ou por “canhota”, que recrutas e prontos (da instrução) aprenderam a respeitar e a estimar, qual arma “mítica” que nunca se largava e que “funcionava sempre”, mesmo suja de “terra, lama e areia”, a G3, com “pequenos truques”, era fácil de desmontar e montar, mesmo com os “olhos vendados”. Não obstante, e contrariando o ditado que refere que “em tempo de guerra não se limpam armas”, e assumindo como certa a posição de um sargento mecânico de armamento, entrevistado, o autor chama a atenção que “em tempo de guerra há que limpar armas”, já que o grande inimigo é a pólvora, esse “elemento corrosivo do metal”, assinalando, ainda, falhas pontuais da “grande arma”, sobretudo devido a erros humanos ou desgaste do normal uso do material. Através da recolha e análise de outros relatos na primeira pessoa, é reproduzida parte da envolvente das “inesquecíveis sessões” de treino de tiro real, de precisão e instintivo, sempre sob rigorosas medidas e operações de segurança. No contexto da instrução, o autor descreve, depois, as características da G3 e refere-se à utilização do sistema de redução de tiro (calibre .22) e de munições de plástico (utilizadas na Marinha) para o tiro de adaptação. Faz também referência à utilização da G3 pelas forças de segurança: pela GNR, substituindo a espingarda Mauser, recebendo-a diretamente da FMBP e da reserva do Exército, e ainda usada em 2003 na força inicial de uma missão no Iraque; pela Polícia de Segurança Pública (PSP) nos anos de 1960 em África, em cerimónias públicas e eventos protocolares e no treino; e pelos Serviços Prisionais, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Guarda Fiscal (GF). O capítulo termina com outros relatos, entusiásticos e contagiantes, que recordam, “com emoção e saudade”, várias histórias e episódios elementares que os militares experienciaram na utilização da G3.

No capítulo quarto, “Angola, Guiné e Moçambique – Missões de guerra” (29 páginas), a G3, “companheira inseparável dos militares portugueses”, continua a ser elemento central das memórias e histórias, algumas lendárias, que, tendo começado em África, continuam a ter eco em almoços e encontros periódicos de antigos combatentes, convívios onde são exaltados valores como camaradagem, solidariedade e amizade, forjados em tempo de guerra, em matas densas e picadas e em tantos outros locais e circunstâncias. O autor situa e acompanha o leitor em vários teatros de operações (TO) do continente africano, desde 1961 e ao longo de 13 anos, sublinhando as debilidades iniciais e o desenvolvimento do dispositivo militar, doutrina, formação e treino e do armamento, equipamento e viaturas. Aborda o eclodir e a escalada progressiva da violência, primeiro com alguns distúrbios e mais tarde com ataques em larga escala, e a consequente mobilização militar, com contingentes cada vez maiores, que seguem em aviões e, sobretudo, em navios fretados. Uma guerra, com início em Angola, que se estendeu depois à Guiné e a Moçambique, em relação ao que o autor faz referência ao equipamento e armamento de alguns guerrilheiros, superior em qualidade aos utilizados por parte dos militares portugueses<sup>4</sup>, onde as espingardas Mauser e, depois, a FN FAL (abreviadamente FN), vieram, progressivamente, a ser substituídas pela G3, cujas remessas iniciais, algumas, foram obtidas por empréstimo (e.g., da África do Sul e da República Federal da Alemanha). Embora, em setembro de 1961, o então Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), General Gomes de Araújo, tenha

confirmado a espingarda automática G3 como a “arma regulamentar das forças armadas e militarizadas” e em janeiro de 1962 todas as unidades do Exército colocadas na Guiné já estivessem armadas com a G3, da sua investigação o autor conclui que em Angola, na mesma altura, coexistiam a FN e a G3 e, em Moçambique, só existiam espingardas automáticas FN<sup>5</sup>. O autor descreve brevemente, ainda, a organização das forças militares nos TO, com a sua organização flexível e implantação em quadrícula, os batalhões e companhias de caçadores, estas enquanto unidades de manobra base, autossuficientes, de comando de capitão, a quem cabia a segurança e controlo de povoações, infraestruturas e vias de comunicação. Destaca, de forma particular, os grupos de Paraquedistas, de Fuzileiros e de Comandos, “unidades míticas” na expressão de John Cann, a quem cabiam as “operações com carácter mais ofensivo e ousado”. Com o apoio dos habituais relatos de ex-combatentes, descreve abreviadamente o contexto específico da atuação militar em África, completamente novo (e.g., dimensão territorial, calor e humidade, odores, cor da terra, profusão de rios, pântanos, savanas e picadas) que, durante meses e anos fizeram parte do dia-a-dia de milhares de militares portugueses, ficando para sempre gravados na sua memória. Mas a descrição recorre também a “pequenos momentos do quotidiano”, onde os risos e piadas se cruzavam com as “cartas e aerogramas de namoradas e madrinhas de guerra”, o ronco de motores, o som metálico dos carregadores a encaixar nas G3, os rotores dos helicópteros, as canções com letras alusivas à G3, a pouca novidade nas ementas diárias, o som do tiro-a-tiro e de rajada das armas, as tatuagens e as feridas de guerra. Neste episódio é, ainda, feita referência estatística a feridos e mortos, comparando ramos das FFAA, forças especiais versus tropas regulares, e até a guerra de África versus a guerra do Vietname. A exaltação da “coragem, força e dedicação” dos militares portugueses, que compensavam a falta de meios ou a menor preparação inicial, merecem igualmente referência, a par das privações, sanitárias e de integridade física, decorrentes do treino com o “máximo risco para evitar o máximo de mortes em combate”, onde a “velha e fiel companheira” G3 continuou a ser elemento incontornável e motivo central nas histórias que ganham vida nos relatos de ex-combatentes.

O texto do capítulo “Do 25 de abril ao 25 de novembro – Nas mãos de uma revolução” (27 páginas), ilustrado com fotografias inéditas, a maior parte a p.b. puro, algumas premiadas, centra-se, sobretudo, na Revolução do 25 de Abril de 1974, quando, numa quinta-feira, a G3, “nas mãos dos militares e no meio do povo”, devolveu a liberdade ao país, e que Ary dos Santos celebra como o nascimento de “um país no ventre de uma chaimite”. Esta forte personificação da “grande arma”, associada a outros tipos de equipamento militar, faz parte da descrição e análise do autor sobre os acontecimentos daquele dia, oscilando entre um relato assumido como fiel da realidade (por quem a viveu ou a observa à distância) e a descrição romanceada, que ainda persiste, onde os militares, o povo e os cravos vermelhos, sobretudo, mas também brancos<sup>6</sup>, numa simbiose quase perfeita, dão corpo e cor a “uma revolução sem tiros nem mortes”, qual imaginário intacto transferido de geração em geração. São várias as fotografias de Salgueiro Maia empunhando a sua espingarda automática G3 com alça telescópica, ou colocada ao ombro, à semelhança de vários outros militares, anónimos nesta descrição. Desse dia, o autor destaca alguns acontecimentos, como a coluna militar que saiu da Escola Prática de Cavalaria (EPC) em Santarém, as movimentações militares

coordenadas a partir do quartel do Exército na Pontinha tendentes a controlar quarteis, rádios e televisão e o aeroporto de Lisboa, mas também a azáfama de alguns fotógrafos, que procuravam captar os melhores momentos das expressões humanas de “amor, alegria e ódio”, com as G3 com cravos no cano, primeiro uma e depois várias. A narrativa nas vertentes militar, social e política e as histórias pessoais, com fortes contornos emocionais, oferecem ao leitor uma imersão situacional com interesse acrescido, de que isolamos também o cerco e rendição da Pide/DGS, onde se terá verificado o único derramamento de sangue, com quatro mortos e quatro dezenas de feridos, bem como o cerco ao quartel da GNR no Carmo, os tiros sobre o edifício e a rendição de Marcelo Caetano. Posteriormente, o autor aborda os distúrbios e convulsões que, após o 25 de abril de 1974 e durante vários meses, nos “loucos meses do PREC<sup>7</sup>”, eclodiram de alguma instabilidade social e política, com antagonismos e repercussões entre forças militares, onde “aconteceu de tudo um pouco” (e.g., “muitas armas desviadas” e irregularmente distribuídas a grupos de civis, algumas delas depois apreendidas, outros “episódios inaceitáveis”<sup>8</sup>). Não obstante a guerra civil iminente, a tomada de diferentes posições por forças militares distintas e a declaração do estado de emergência na região de Lisboa, o 25 de novembro de 1975 e o “patriotismo, bom senso e camaradagem [dos militares], tal como no 25 de abril de 1974”, devolveram a “esperança e a palavra” e evitaram “males maiores”.

“Missões de paz - a segunda vida além-fronteiras” (17 páginas) é o capítulo que se segue, onde o autor mostra como a espingarda automática G3, com coronha retrátil, continuou a ser usada pelos militares portugueses durante dezenas de missões fora do Território Nacional (TN) em vários continentes<sup>9</sup>, até 2020, altura em que foi substituída, no Exército. Desde 1993, com a primeira missão de paz em que Portugal participou (ONUMOZ), foram mobilizados dezenas de milhares de militares portugueses dos três ramos das FFAA para vários TO, sob as bandeiras da ONU, NATO e UE, sendo que os relatos obtidos, a partir de entrevistas e conversas mais simples, confirmam a espingarda automática G3 como “muito fiável” e “robusta”, que “nunca avaria”, quando comparada com armas de forças de outros países em vários TO, embora mais pesada e com dificuldades ergonómicas e carregadores menos fiáveis e robustos<sup>10</sup>. Recorrendo à sua investigação, meramente a título de exemplo, o autor refere-se ao TO da Bósnia para contabilizar a participação de cerca de 11 mil militares só entre 1996 e 2007 (73% pertencentes ao Exército), onde a espingarda automática G3 foi utilizada repetidamente. O primeiro grupo de militares a utilizar a nova arma - a espingarda automática FN SCAR - numa missão além-fronteiras foram os Paraquedistas, constituídos como Força Nacional Destacada, a partir de março de 2020, durante a sétima rotação de forças no TO da República Centro-Africana (RCA). Com esta nova arma, cuja utilização já é protagonista em “muitas histórias e memórias”, cada atirador passa a transportar consigo, como dotação completa, mais 50 munições que com a G3 e com peso inferior, dada a maior capacidade dos carregadores e o menor calibre das munições (7,62 mm versus 5,56 mm).

No penúltimo capítulo do livro, sob o título “Substituição e Modernização - Novas armas para novos tempos” (29 páginas), o autor apresenta a nova arma padrão do Exército, a qual se encontra em uso desde 2019, sendo utilizada em missões do exterior do TN a partir de 2020. Após várias décadas de uso da G3 e de projetos de substituição, com

avanços e recuos, concursos cancelados e várias armas analisadas, designadamente desde os anos 1980, a maioria ocorrida na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, o Exército adota toda uma nova família de armas e, simultaneamente, um segundo calibre padrão (5,56 mm), em linha com as referências da NATO, com vantagens operacionais e logísticas<sup>11</sup>. Assim, a partir de setembro de 2019, foram adquiridas espingardas metralhadoras ligeiras de assalto (SCAR L), de calibre 5,56 mm, algumas armas SCAR H de calibre 7,62 mm, de cano longo e mira telescópica, para serem utilizadas por atiradores especiais em tiro até aos 600 metros, para além de outro material individual (e.g., em operações, cada militar passa a deter também uma pistola Glock, como arma secundária, para eventual utilização em espaços apertados). A modularidade das novas armas SCAR permite que sejam acoplados lança-granadas (que também podem ser disparados como arma individual), aparelhos de pontaria, dispositivos de visão noturna, supressores de som, sabres-baionetas<sup>12</sup>. A nova arma do Exército, associada ao novo calibre padrão, é mais leve, mais precisa em modo de rajada, perdendo em termos de alcance e capacidade de penetração nos alvos a maior distância. A Marinha, embora pense na sua substituição, parece continuar a manter a G3 como arma padrão, embora tenha decidido modernizá-la, fazendo algumas adaptações, ao acoplar-lhe kits da sueca Spuhr, designadamente na coronha, guarda-mão, punho vertical rebatível e calhas para aparelhos de pontaria. Tal como na Marinha, à data da edição do livro, também na Força Aérea não havia planos para substituir a maior parte das G3 ao serviço.

No oitavo e último episódio, sob o título “Museus, monumentos e memórias – Passagem de testemunho” (5 páginas), o autor apresenta um “adeus simbólico” à “grande arma”, sugerindo um autêntico road map, e, simultaneamente, um guia para uma visita a museus e monumentos e ao que resta da antiga fábrica de Braço de Prata. Com uma clara intenção de fechar o ciclo de episódios que abriu com a introdução da obra, começa por situar o leitor numa cerimónia de homenagem aos “antigos combatentes de Portugal”, em Belém, onde, mais uma vez, recorre ao simbolismo dos valores institucionais e identitários das FFAA e, simultaneamente, pela mão de Fuzileiros, a G3, com coronha e guarda-mão de madeira, nos transporta novamente a Braço de Prata e às primeiras armas ali fabricadas. Embora a “saudosa” G3 esteja a “sair de cena”, substituída por armas mais modernas, parece haver a esperança de que ela continue a viver “por mais décadas em cerimónias honoríficas” em Portugal, de que o render da guarda, junto ao monumento evocativo dos antigos combatentes, é apenas um exemplo. Entretanto, com mais ou menos adaptações, a G3 continua viva em exércitos de países como a Turquia e a Estónia e tem sido utilizada por reservistas da Suécia e da Noruega. Numa outra dimensão desta “passagem de testemunho” a que o autor se refere, a “grande arma” tem presença assegurada em inúmeros museus espalhados pelo continente e ilhas, bem como em monumentos em várias unidades militares e mesmo em praças de cidades e vilas portuguesas, onde “espalam a sua memória pelo país inteiro”, merecendo ainda referência importante a reserva de guerra de milhares de espingardas automáticas G3, em Benavente, no Depósito Geral de Material do Exército (DGME). Num regresso a Braço de Prata, o autor recupera a referência à capacidade da “indústria de guerra” nacional durante os anos de guerra em África, que compara com a atual situação, sublinhando a perda de competências e capacidades produtivas fundamentais, esta “triste verdade” que, por falta de vontade política, não teve outro destino, em cotejo com a alternativa que

deveria ter passado por três eixos estratégicos - “parcerias internacionais”, inovação e diversificação” - bem como “integração nas cadeias de fornecimento dos grandes fabricantes”, em relação ao que dá exemplos de sucesso: a indústria aeronáutica portuguesa, no eixo “parcerias internacionais; os sistemas de controlo de comunicações / EID, no eixo “inovação”; e a Tekever, no eixo “diversificação”, sublinhando a necessidade de uma aposta crescente no “duplo uso”, cujos veículos não tripulados, para além da exportação para a Ucrânia para serem utilizados na guerra, são também usados na busca e salvamento, na vigilância de fronteiras e no combate aos fogos. A título de epílogo, sublinha que “a porta das oportunidades está entreaberta”, numa expressão alusiva à atual conjuntura internacional e ao debate público em torno da reconstrução da capacidade industrial portuguesa no setor da defesa e nos benefícios daí decorrentes para o setor da economia, eventualmente, com base em projetos público-privados.

Numa análise crítica final à obra, importa referir que, não sendo, necessariamente, um trabalho absoluto e definitivo, como o próprio autor sublinha, nem se tratando, tão pouco, de um livro técnico, que parece nunca ter querido escrever, o mesmo recorre a “uma espécie de jornalismo literário”, servido por um excelente grafismo, onde cada capítulo / episódio constitui uma reportagem específica sobre a figura central da espingarda automática G3, objeto de uma personificação intencional. Se, muito pontualmente, a obra, como um todo, parece perder em termos de sistematização e por algumas redundâncias intra e inter capítulos / episódios ou a sua estrutura não permitir uma leitura mais sequencial, estes aspetos podem ser perspetivados, simultaneamente, como pontos fortes, pela riqueza que resulta do documento final, densificado e objetivado pela diversidade e multiplicidade de fontes de investigação utilizadas, recolhidas ao longo de vários anos, e pela cronologia selecionada no mapeamento dos acontecimentos analisados nos sucessivos episódios deste livro. De facto, a investigação que suporta a obra é muito abrangente, cruzando dados numéricos, entrevistas e análises nas vertentes militar, social, política e, pontualmente, etnográfica e antropológica. As opções parecem ser também justificadas pelo estilo de redação adotado pelo autor, por uma certa independência das diferentes partes da obra e pela ligação, mais ou menos frequente (necessária e intencional?), que o autor foi fazendo com temas do seu anterior livro “Berlier, Chaimite e UMM: Os Grandes Veículos Militares Nacionais” (2018), cuja construção terá inspirado esta mais recente obra.

Por tudo quanto foi referido, assumimos que a obra a “G3 – A Grande Arma Nacional”, de Pedro Manuel Monteiro, com ilustrações de Paulo Alegria, é um documento incontornável para a consulta e estudo de historiadores e outros investigadores, é relevante para os militares em geral e pode ser muito interessante para o leitor comum.

A fechar esta recensão, é devida uma referência especial à editora Contra a Corrente pela qualidade do livro impresso (versão capa rígida), bem como a todas as entidades, coletivas e individuais, que, que forma institucional, colaborativa ou individual, direta ou indiretamente, patrocinaram e/ou colaboraram de outras formas com o autor para que este projeto fosse concretizado nesta dimensão, aos quais o próprio, pormenorizadamente, fez menção.

Ao autor, a Revista Militar agradece a amável oferta e felicita-o pela profundidade e qualidade da pesquisa e pela obra que levou a cabo, exortando-o a continuar nesta linha de investigação e a publicar outras obras.

Coronel Tir Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Diretor-administrador da Revista Militar

---

1 Com referência ao fabricante alemão Heckler & Koch.

2 “Gewehr” 3 (“espingarda” de combate 3).

3 Além da produção de armamento e munições, Braço de Prata reparava equipamento, armamento e viaturas.

4 Embora a maioria dos guerrilheiros estivessem mal-armados e equipados e desorganizados no início da guerra.

5 Mesmo depois das várias remessas de G3 já fabricadas em Braço de Prata, e, mais tarde, da generalização da G3, a FN continuou a coexistir durante alguns anos, já que algumas G3 eram entregues aos militares apenas em TO, completamente a estrear. Numa análise comparativa, a G3 era apontada como “mais precisa” e que exige “menos cuidados de limpeza e manutenção” do que a FN, embora ambas satisfizessem técnica e taticamente em combate.

6 Onde surge a figura de Celeste Caeiro, que ficou imortalizada porque, na sequência de um pedido de um soldado, por não ter cigarros, ofereceu um cravo, que o militar colocou no cano da sua G3, e depois outros militares o seguiram.

7 Processo Revolucionário em Curso.

8 Designadamente alterações internas nas FFAA na ordem unida: “A 21 de novembro, os novos recrutas do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) realizaram o seu juramento de bandeira de punho fechado e fórmula revolucionária”. Entre outros, foi dado o seguinte exemplo: “A 21 de novembro, os novos recrutas do Regimento de Artilharia de

Lisboa (RALIS) realizaram o seu juramento de bandeira de punho fechado e fórmula revolucionária".

[9](#) Excetuam-se os Paraquedistas, que detinham a espingarda Galil.

[10](#) Para as missões da RCA, a G3 foi aperfeiçoada pelas forças de Comandos, com a introdução de calhas técnicas para miras telescópicas e outros assessórios como bipés, lanternas, punhos verticais, não obstante algumas limitações.

[11](#) Após uma tentativa de adaptação da G3 ao calibre 5,56 mm, sem efeitos práticos, sucederam-se estudos e testes de campo de várias armas ligeiras, sendo que a ideia inicial era que fosse também fabricada em Portugal sob licença. Entretanto, nenhum programa foi lançado, o tempo foi passando e os últimos equipamentos das fábricas militares foram leiloados. Nos anos 2000, vários concursos de dezenas de milhões de euros, para compra de espingardas metralhadoras e pistolas, foram sucessivamente cancelados, até que, em 2017, com o apoio da Agência de Compras da NATO, foi possível iniciar a aquisição de uma nova família de armas para o Exército.

[12](#) A aquisição desta nova família de armas pelo Exército parece fazer parte de um programa maior, onde se incluem sistemas de comunicação, coletes e capacetes balísticos, o próprio camuflado dos militares (no padrão já atualizado).